ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: EXISTÊNCIA, RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA EM CONTEXTOS DE ESTIGMATIZAÇÃO.

Erivaldo Junior Martins de Arruda [1]
Daiani Damm Tonetto [2]
Tamires Sousa Araújo [3]

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) no ensino superior público brasileiro tem sido historicamente atravessada por discursos que colocam em dúvida sua legitimidade acadêmica, sua qualidade formativa e sua equivalência em relação ao ensino presencial. Tais discursos, frequentemente sustentados por desconhecimento ou por comparações reducionistas entre modalidades, desconsideram o percurso histórico, político e pedagógico que consolida a EaD como política pública estratégica para a democratização do acesso à educação superior. A literatura especializada revela que a Educação a Distância não se constitui como um fenômeno recente ou improvisado, mas como uma modalidade que se consolida ao longo de décadas, especialmente vinculada às políticas públicas de expansão do ensino superior e à formação de professores, sobretudo em regiões historicamente marcadas por desigualdades educacionais (PRETI, 2005; CRUZ; LIMA, 2019).

No contexto brasileiro, a EaD emerge articulada a projetos estatais que buscam ampliar o acesso à universidade pública, interiorizar a oferta de cursos e atender demandas formativas que o modelo exclusivamente presencial não conseguiu suprir. Ao longo dos últimos quarenta anos, diferentes programas e políticas contribuíram para a consolidação da modalidade, ainda que esse processo tenha ocorrido de maneira desigual e marcado por descontinuidades institucionais, instabilidades de financiamento e disputas ideológicas em torno da concepção de qualidade educacional (CRUZ; LIMA, 2019). Ainda assim, a

[1] Graduando em Pedagogia EaD, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
E-mail: erivaldo.arruda@ufms.br;
[2]Orientadora, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
E-mail: tamires.sousa@ufms.br
[3]Orientadora, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
E-mail: daiani.tonetto@ufms.br

ISSN: 2358-8829

Educação a Distância mantém-se como estratégia central para a efetivação do direito à educação superior pública no Brasil.

No campo normativo, a consolidação da Educação a Distância no Brasil também se apoia em marcos regulatórios que estruturam sua oferta e definem parâmetros de qualidade. A legislação educacional das últimas décadas estabeleceu critérios para credenciamento institucional, organização curricular, avaliação e mediação tecnológica, reforçando que a EaD integra oficialmente o sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2017). A análise desse arcabouço jurídico evidencia que, especialmente nos últimos dez anos, houve aprimoramento das normativas que regulamentam a modalidade, consolidando sua legitimidade no ensino superior público e afastando a ideia de que se trate de um modelo provisório ou secundário.

Apesar de sua institucionalização progressiva, a EaD enfrenta resistências simbólicas no interior das universidades e na sociedade em geral. Essas resistências se manifestam por meio de narrativas que associam a modalidade à precarização do ensino, à superficialidade dos processos formativos ou à flexibilização excessiva das exigências acadêmicas. Belloni (2009) argumenta que tais concepções ignoram que a qualidade educacional não está determinada pela modalidade, mas pelas condições pedagógicas, políticas e institucionais que sustentam o processo educativo. Dessa forma, a estigmatização da EaD revela-se menos como uma crítica fundamentada e mais como expressão de disputas históricas sobre o que é reconhecido como educação legítima no espaço universitário.

Nesse cenário, o protagonismo discente assume papel central para a compreensão da Educação a Distância como espaço formativo legítimo. A EaD exige do estudante elevados níveis de autonomia, organização do tempo, disciplina intelectual e engajamento ativo no processo de aprendizagem. Longe de ocupar uma posição passiva, o estudante da EaD é constantemente convocado a assumir responsabilidade por sua formação, interagir criticamente com os conteúdos e participar ativamente das dinâmicas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais (MORAN, 2007).

Essa dinâmica rompe com concepções bancárias de educação, conforme criticadas por Paulo Freire. Para Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção. Sob essa perspectiva, a Educação a Distância pode se constituir como espaço potente de exercício da autonomia intelectual, do

ISSN: 2358-8829

diálogo e da problematização da realidade, desde que orientada por projetos pedagógicos comprometidos com a formação crítica e emancipatória.

Este trabalho tem como objetivo analisar a Educação a Distância no ensino superior público brasileiro a partir das dimensões de existência, resistência e sobrevivência em contextos de estigmatização, articulando fundamentos históricos, políticos e pedagógicos críticos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico, fundamentada na revisão sistematizada de produções acadêmicas sobre a Educação a Distância (EaD) no ensino superior público brasileiro. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão aprofundada de fenômenos educacionais complexos, especialmente aqueles atravessados por dimensões históricas, políticas e simbólicas.

O levantamento bibliográfico contemplou autores clássicos e contemporâneos que discutem os fundamentos da EaD, sua trajetória de institucionalização e seus impactos sociais. Foram analisadas obras de Preti (2005), Belloni (2009), Cruz e Lima (2019), Moran (2007) e Freire (1967; 1996), bem como estudos recentes sobre planejamento discente e marcos regulatórios da modalidade. A seleção considerou relevância acadêmica, contribuição ao debate nacional e coerência com o objetivo do estudo.

A análise buscou identificar convergências e tensões entre os autores. Observou-se que Preti (2005), Belloni (2009) e Cruz e Lima (2019) convergem ao defender a EaD como política pública estratégica de democratização do acesso ao ensino superior. Moran (2007) contribui ao enfatizar o protagonismo discente e a mediação tecnológica como elementos estruturantes da modalidade. Já as contribuições de Freire (1967; 1996) oferecem sustentação teórica para compreender a EaD sob uma perspectiva emancipatória, destacando a autonomia e a construção coletiva do conhecimento.

Ao mesmo tempo, a revisão bibliográfica permitiu reconhecer limites e desafios apontados na literatura, tais como fragilidades institucionais, disputas internas nas universidades, desigualdades de acesso tecnológico e riscos de precarização quando a modalidade é desvinculada de políticas públicas consistentes. Dessa forma, o estudo adotou uma postura analítica equilibrada, evitando tanto a defesa acrítica quanto a desqualificação generalizada da EaD.

ISSN: 2358-8829

A análise foi conduzida sob perspectiva crítico-emancipatória, compreendendo a Educação a Distância como prática educativa inserida em disputas históricas sobre legitimidade, qualidade e função social da universidade pública. Por tratar-se de pesquisa exclusivamente bibliográfica, não houve necessidade de submissão a comitê de ética.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação a Distância consolida-se no Brasil articulada às políticas públicas de expansão do ensino superior e à formação docente, configurando-se como estratégia de democratização do acesso à universidade pública. Conforme Preti (2005), a EaD não deve ser compreendida como modalidade inferior ao ensino presencial, mas como prática educativa com fundamentos próprios, estruturada por mediações tecnológicas e organização pedagógica específica.

Cruz e Lima (2019) demonstram que, ao longo das últimas décadas, a EaD foi incorporada às políticas educacionais brasileiras como instrumento de interiorização do ensino superior e ampliação de oportunidades formativas. Entretanto, o processo de consolidação da modalidade ocorreu de maneira desigual, permeado por disputas políticas e institucionais.

A institucionalização da Educação a Distância nas universidades públicas envolve processos administrativos, pedagógicos e políticos complexos. Estudos que analisam a trajetória da EaD na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul RIEDNER; BATISTA, (2019) evidenciam que sua consolidação foi marcada por desafios relacionados à infraestrutura, reconhecimento institucional e integração aos projetos acadêmicos da universidade. Esse percurso demonstra que a EaD pública não resulta de improvisação, mas de planejamento institucional e construção coletiva ao longo do tempo.

Belloni (2009) destaca que a qualidade da educação não está associada à modalidade em si, mas às condições estruturais e pedagógicas que sustentam o processo formativo. Assim, a estigmatização da EaD revela tensões históricas no interior das universidades públicas quanto à legitimidade de novas formas de organização do ensino.

As contribuições de Paulo Freire (1967; 1996) são fundamentais para compreender a educação como ato político e emancipatório. Ao criticar a educação bancária e defender a construção coletiva do conhecimento, Freire oferece base teórica para analisar a EaD como

ISSN: 2358-8829

espaço potencial de autonomia e diálogo. Quando orientada por princípios críticos, a modalidade pode favorecer a formação de sujeitos conscientes de seu papel histórico e social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura permite compreender a Educação a Distância no ensino superior público a partir de três dimensões articuladas: existência, resistência e sobrevivência.

A primeira dimensão, existência, refere-se à consolidação da Educação a Distância como política pública no ensino superior brasileiro. Nas últimas décadas, a modalidade passou por um processo de institucionalização, sendo incorporada às universidades públicas por meio de regulamentações específicas, projetos pedagógicos próprios e políticas de expansão do acesso à educação superior. Nesse sentido, a EaD não pode mais ser compreendida como experiência periférica ou experimental, mas como parte estruturante das políticas educacionais voltadas à democratização do ensino superior.

A segunda dimensão, resistência, manifesta-se nos discursos que questionam a legitimidade e a qualidade da modalidade. Esses posicionamentos revelam tensões históricas entre modelos educacionais tradicionais e propostas pedagógicas mediadas por tecnologias. Belloni (2009) argumenta que tais críticas muitas vezes se baseiam em percepções equivocadas que associam qualidade educacional exclusivamente à presença física em sala de aula. Entretanto, a autora ressalta que a qualidade do processo formativo depende das condições pedagógicas, institucionais e tecnológicas que sustentam a prática educativa, e não da modalidade em si.

A terceira dimensão, sobrevivência, evidencia-se nas estratégias desenvolvidas por estudantes, docentes e instituições para consolidar a EaD como espaço legítimo de formação acadêmica. Nessa perspectiva, destaca-se o protagonismo discente no processo de aprendizagem. Moran (2007) observa que a modalidade exige maior autonomia, organização e responsabilidade por parte dos estudantes, características que dialogam com a concepção de educação emancipadora defendida por Freire (1996), na qual o sujeito assume papel ativo na construção do conhecimento.

Nesse contexto, pesquisas sobre práticas discentes na EaD apontam que o planejamento de estudos constitui elemento central para o sucesso acadêmico. Estudos indicam que a organização do tempo, a autonomia intelectual e a sistematização das atividades acadêmicas

ISSN: 2358-8829

contribuem significativamente para o enfrentamento de dificuldades no processo formativo.

Investigações sobre o planejamento discente demonstram que estudantes que estruturam rotinas de estudo apresentam maior capacidade de acompanhar as atividades e avaliações propostas na modalidade. Como destaca Sousa (2015), o planejamento de estudos permite que o aluno organize o tempo disponível e desenvolva maior autonomia para realizar leituras, pesquisas e atividades acadêmicas.

Além disso, o planejamento discente torna-se ainda mais relevante quando se considera o perfil predominante dos estudantes da EaD, muitos dos quais conciliam trabalho, responsabilidades familiares e formação superior. Nessas condições, a organização do tempo e das atividades acadêmicas transforma-se em estratégia fundamental de permanência e êxito na trajetória universitária.

Assim, a Educação a Distância no ensino superior público brasileiro revela-se como modalidade que não apenas existe enquanto política educacional consolidada, mas que também resiste a processos de deslegitimação e sobrevive por meio de práticas pedagógicas e estratégias discentes que reafirmam seu papel na democratização do acesso ao conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação a Distância no ensino superior público brasileiro deve ser compreendida para além de comparações simplificadoras com o ensino presencial. Ao articular seu percurso histórico, suas bases legais e seus fundamentos pedagógicos críticos, evidencia-se que a modalidade constitui estratégia fundamental para a democratização do acesso à educação superior.

Embora enfrente resistências simbólicas e institucionais, a EaD mantém-se como espaço legítimo de formação acadêmica e social. Sua consolidação depende do fortalecimento institucional, do compromisso com a qualidade pedagógica e da valorização do protagonismo discente. O debate contemporâneo sobre a modalidade deve ampliar-se para reflexões acerca do papel social da universidade pública e da garantia do direito à educação no Brasil.

Palavras-chave: Educação a Distância; Ensino Superior Público; Democratização do Acesso; Estigmatização.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 maio 2017.

CRUZ, José; LIMA, Daniela. **Trajetória da educação a distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos**. [COMPLETAR: local, editora ou periódico], 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007.

PRETI, Oreste (org.). **Educação a distância**: sobre discursos e práticas. Brasília: LiberLivros, 2005. 127 p.

RIEDNER, Daiani Damm Tonetto; BATISTA, Erlinda Martins. **Trajetória da educação a distância na UFMS: desafios para a institucionalização**. *Revista Intersaberes*, v. 13, n. 29, 2019.

SOUSA, Jacqueline Andréa Furtado de. **O planejamento de estudo na educação a distância como prática discente no combate ao insucesso das avaliações acadêmicas**: um estudo de caso. São Paulo: Blucher, 2015.